

INTRODUÇÃO: IDENTIDADE PRESBITERIANA NA ERA PÓS-MODERNA

QUANDO VOCÊ PENSA EM QUEM VOCÊ É, O QUE LHE VEM À MENTE? SE VOCÊ FOR como eu, provavelmente faz uma série de descrições. Por exemplo, sou um filho criado numa típica família americana de classe média alta: meus pais tiveram dois filhos; morávamos nos subúrbios; meu pai trabalhava nas cidades e minha mãe ficava em casa conosco. Devido ao trabalho de meu pai, nos mudamos bastante, principalmente no corredor nordeste entre Nova York e a capital Washington (embora minha certidão de casamento diga que minha residência era o Condado de Los Angeles, na Califórnia, quando nos casamos). Sou um marido e pai de quatro filhos. Sou um pastor com inclinação acadêmica. Sou um historiador com chamado pastoral. Tornei-me cristão quando adolescente; era batista fundamentalista, mas agora sou presbiteriano. Sou escritor. Leitor voraz, meus autores preferidos incluem Mark Twain e Wendell Berry. Sou jardineiro. Sou fã de esportes, torcendo principalmente para equipes do Estado de Indiana. Meu esporte favorito é o beisebol, mas sigo de perto quase todos os esportes. Sou fã de Bruce Springsteen e do U2, mas também gosto de música *country* e *bluegrass*. Prefiro caminhonetes a carros ou *minivans* e transmissão manual a transmissão automática. Só compro veículos da Ford, mas quando acompanho as corridas da NASCAR, torço por pilotos de Chevrolets, especialmente Jeff Gordon.

Todas essas descrições cabem juntas em Sean Lucas; juntas, elas se combinam para formar uma identidade que me é singular. Na verdade, poderíamos dizer que minha identidade pessoal descreve o “verdadeiro eu”, minha própria personalidade. A maneira como essa identidade se desenvolve, o modo como fiquei ligado às diferentes descrições acima, tem muito a ver com a maneira pela qual a minha vida se desenvolveu e se interligou com as vidas de outras pessoas. Noutras palavras, a minha *história* e a

história de minha família têm muito a ver com quem sou e o que considero essencial.

Além de minha história, tenho feito certas coisas e não outras. Na verdade, certas coisas que faço poderiam ser consideradas quase como “rituais”, de tanto que as faço regularmente. Parte disso, estou certo, tem a ver com o fato de eu ser homem. Minha esposa e eu costumávamos rir da maneira como eu sempre passava pela mesma cabine de pedágio na saída 26 da Rodovia da Pensilvânia (a cabine central, número oito, o que me colocava na posição certa para pegar a Rodovia US 1 na direção norte). Contudo, as práticas mais importantes que contribuíram para moldar o que sou devem incluir o fato de que comecei a ler muito cedo; de que joguei beisebol toda primavera e verão dos oito aos dezoito anos de idade; de que meu pai geralmente comprava carros Ford e meu sogro trabalha para uma filial da Ford; de que minha mãe ficava acordada comigo para assistir a *World Series** todos os anos e que, desde o tempo que meus pais professaram sua fé em Cristo, quando eu tinha nove ou dez anos, raramente faltei a um culto de domingo. Muitas dessas *práticas* têm continuado com os meus filhos e formarão o seu próprio senso de identidade à medida que eles crescem.

Mais importante na formação de quem sou têm sido as minhas *convicções*. Creio que o casamento é uma instituição divina, que prometi ser fiel a minha esposa e que o divórcio não é uma opção para nós. Creio que Deus é o doador da vida desde o ventre e que os filhos são uma bênção do Senhor. Conquanto toda vocação legítima seja ordenada por Deus, creio que aqueles que aspiram ser pastores desejam uma boa vocação, uma vocação especial entre iguais, dada a sua importância na família de Deus. Creio que a história pode nos dizer bastante sobre quem fomos, quem somos agora e o que deveremos fazer e ser no futuro. Creio que temos a responsabilidade de ser mordomos da criação, que Deus nos colocou neste mundo para sermos produtores e não apenas consumidores, e que o trabalho sério é uma boa obra. Outras convicções não têm a mesma importância, tais como: o melhor e mais difícil esporte inventado pela humanidade é o beisebol (embora o golfe venha logo em seguida em ambos os aspectos); que terei de ouvir muitas críticas de meus familiares se eu comprar um veículo que não seja da Ford; e que as pessoas (e equipes esportivas) do Estado de Indiana tendem a ser superiores às do restante do país (como se evidencia pela minha

* NT – “Série Mundial”: a série final do principal campeonato de beisebol dos Estados Unidos.

esposa). Essas crenças me levam a determinadas práticas repetitivas, que, por sua vez, reforçam uma história sobre quem sou e a quem pertencço.

Quando dizemos que alguém está passando por uma “crise de identidade”, queremos dizer que essa pessoa se desiludiu ou está experimentando uma dissonância no cerne daquilo que é. Talvez esteja questionando suas crenças básicas, seus valores centrais. Talvez as práticas que a definiam não mais a estejam realizando, ou foram afastadas pela doença ou perdas. Talvez ela tenha descoberto que a história que orientava a sua vida não explica a realidade que agora conhece. Qualquer que seja o caso, esse indivíduo começará a buscar novas convicções, práticas e histórias que lhe ofereçam uma identidade estável. Não fazer isso leva a pessoa a um “colapso nervoso”, a uma espécie de “demência” (uma forma de insanidade mental em que a pessoa “mente” para si mesma, como quando alguém sai por aí dizendo que é o Super-Homem). A crise de identidade mais óbvia é o que chamamos de “crise da meia-idade”, em que um homem que tenha gasto vinte ou trinta anos no mercado de trabalho descobre que as convicções, práticas e histórias que possuía quando se formou na faculdade não mais são suficientes nem realizadoras. Assim, tal indivíduo às vezes compra um carro mais veloz, flerta com mulheres mais novas ou muda de carreira, tudo no esforço de encontrar uma nova identidade.

Mais uma coisa sobre identidade. Nossa era pós-moderna se orgulha de promover identidades fluídas. Nas sociedades pré-modernas, ou mesmo modernas, a identidade era criada por relacionamentos sociais e conexões familiares (por exemplo, João, o filho mais velho de um ferreiro, foi criado no negócio da família que produzia ferraduras para o vilarejo em que vivia; por sua vez, ele esperava transmitir essa profissão a seu filho, etc.). Contudo, hoje em dia, devido à mobilidade da sociedade, a influência da tecnologia e a perda dos laços familiares, mesmo dentro da família “nuclear”, as identidades são forjadas e não herdadas. O resultado é que a pós-modernidade proclama em alto e bom som que é possível criar ou recriar sua identidade inúmeras vezes. Talvez o melhor exemplo contemporâneo disso seja a cantora pop Madonna, que, no decurso de vinte anos, se transformou de um “brinquedo para meninos” em uma réplica de Marilyn Monroe, uma mulher espalhafatosa e uma espiritualista judia. O resultado de toda essa criação de identidades é que as pessoas não mais têm convicções básicas, histórias mestras ou práticas compartilhadas; tudo o que sobrou são identidades que imitam *bites* de sons e comerciais de trinta segundos, hoje aqui e amanhã não mais existentes.

Por que passei tanto tempo descrevendo essa questão da identidade? O que isso tem a ver com a “identidade presbiteriana”? Essas são perguntas legítimas. Primeiro, eu quis descrever o conceito de “identidade” porque é

uma daquelas palavras que usamos com frequência sem parar para pensar no que significam. Isso ocorre especialmente quando se fala de “identidade religiosa”. Mas também quero que comecemos a ver como se forma um tipo particular de identidade, como a confluência de *convicções, práticas e histórias*. E eu precisava alertar o leitor sobre como, em nossa situação atual, essa questão da identidade é bastante conflituosa devido à “transição pós-moderna” de nossa sociedade.

Acima de tudo, quero sugerir no restante deste livro que a identidade presbiteriana é formada por meio de convicções, práticas e histórias compartilhadas. Essas três coisas trabalham em conjunto para forjar o que um teólogo presbiteriano do século 19 chamou de *idiosincrasias da mente presbiteriana*.¹

Convicções presbiterianas

Por convicções presbiterianas, eu me refiro à “doutrina”. Na verdade, às vezes você ouvirá alguém se referir ao fato de que os presbiterianos são “confessionais”. Isso quer dizer que as igrejas presbiterianas sintetizam suas crenças em confissões de fé. Em oposição àqueles que possuem uma declaração limitada de fé ou àqueles que têm um “livro de confissões”, os presbiterianos conservadores levam muito a sério a Confissão de Fé de Westminster. Talvez você saiba que as igrejas presbiterianas conservadoras exigem que seus pastores, presbíteros regentes e diáconos subscrevam os Padrões de Westminster, um documento do século 17 que contém uma confissão de fé com trinta e três capítulos, e dois catecismos, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo. Com o termo “subscrever” referimo-nos ao pedido de que nossos oficiais assumam as crenças dos Padrões como suas próprias, como sua confissão do que creem ser ensinado pela Bíblia. Conquanto nossas igrejas não exijam que seus membros afirmem as convicções contidas nos Padrões de Westminster, espera-se que a pregação e o ensino os sigam de perto pela simples razão de que os oficiais declararam de boa fé que as crenças neles contidas são aquilo em que eles creem.

Naturalmente, grande parte do que os presbiterianos creem é bastante semelhante ao que afirmam outras igrejas protestantes evangélicas. Por exemplo, os presbiterianos conservadores, junto com outros protestantes evangélicos, creem na inspiração e inerrância da Escritura, na Trindade e nas grandes doutrinas da salvação, tais como a justificação somente pela fé, a adoção, a santificação e a glorificação. Também afirmamos juntos as naturezas divina e humana de Jesus Cristo, sua morte substitutiva na cruz, sua ressurreição física da sepultura e sua ascensão ao céu. Todos os protestantes evangélicos creem na necessidade de boas obras, numa organização chamada

igreja, na realidade do céu e do inferno e no futuro retorno de Jesus em glória. Conforme observamos no prefácio, é por esta razão que os presbiterianos *são* evangélicos, porque nos apegamos à centralidade do evangelho, à maneira como ele transformou a nossa vida e a um profundo desejo de ver outras vidas igualmente transformadas. Temos este evangelho em comum com todos os que creem que são pecadores e confiam somente na justiça e no sangue de Cristo para sua salvação – ou seja, com todos os que são *evangélicos*.

É importante declarar isso com simplicidade. Muitas pessoas que usam o rótulo de “presbiterianos” ou “reformados” duvidam que outros evangélicos realmente creiam no evangelho porque não falam disso com um sotaque presbiteriano. Foi o caso de uma denominação presbiteriana nos anos 50 que se recusou a entrar num concílio de igrejas porque seus membros incluíam batistas e outros que criam que a fé produz a regeneração, e não o contrário. Em consequência disso, esses presbiterianos concluíram que seus irmãos evangélicos criam num evangelho deficiente e talvez nem mesmo fossem irmãos! Tal atitude é inadequada – ainda que possamos ter diferentes níveis de comunhão e proximidade com base em pontos teológicos comuns, temos de dizer que todos aqueles que professam Jesus como Salvador e Senhor são nossos irmãos em Cristo. Também devemos dizer que temos um grande corpo de verdades em comum com todos os que seguem o nosso Senhor.

Tendo dito isso, existem diversas convicções – diversas doutrinas – que distinguem os presbiterianos de outros evangélicos. Eu as explicarei na Primeira Parte. Os presbiterianos tendem a enfatizar cinco grandes ideias.

Primeiro, cremos na *soberania* de Deus. Em outras palavras, Deus é o Rei que criou todas as coisas, governa cada esfera da existência e faz com que todas as coisas cooperem para a nossa salvação. Quando dizemos “Pai nosso que estás nos céus”, estamos orando ao Rei (no céu) a quem aprendemos a conhecer como “nosso Pai”. Não merecíamos tal relacionamento – longe disso. Antes esse relacionamento está arraigado na livre escolha de Deus, o Rei, no sentido de nos salvar. O resultado é que os presbiterianos enfatizam a *prioridade da graça*. A maravilhosa graça de Deus vem de encontro à nossa mais profunda necessidade: somos pecadores carentes de misericórdia. Não merecemos a misericórdia de Deus, mas Deus a demonstra de maneira suprema na morte e ressurreição de Jesus em favor de pecadores como nós. Porém, Deus não se limita a nos salvar de sua ira; ele também nos transforma por sua graça, de modo que somos cada vez mais portadores da imagem de Jesus. Essa graça continua operando para nos levar seguros até o nosso lar.

Nossas histórias individuais, que Deus o Rei está produzindo em nossa vida por sua graça, se ligam à sua grande história, que ele desenvolve na

Escritura e através da história. É isso o que queremos dizer, acima de tudo, quando usamos a palavra *pacto*. Queremos dizer que, mediante a Escritura Sagrada, Deus nos conta uma grande história da redenção, focando um povo de Deus, começando no jardim do Éden, em Gênesis, e terminando na cidade de Deus, no Apocalipse. Às vezes utilizamos o termo *pacto da graça* para descrever essa história. Houve algumas diferenças no modo como essa história se passou no Antigo Testamento e no Novo. Poderíamos dizer que o Antigo Testamento foi um tempo de promessa e o Novo Testamento é um tempo de cumprimento. Porém, mesmo com essas diferenças, é uma só história que enfoca uma só pessoa, Jesus Cristo, o Redentor do povo eleito de Deus, que inaugurou o domínio de Deus na terra – o reino de Deus – com sua morte e ressurreição. Essa história trata da promessa de Deus no sentido de suprir nossas necessidades em graça mediante Jesus Cristo – sua promessa de ser o nosso Deus e de sermos o seu povo. O desenrolar da promessa de Deus leva ao estabelecimento de seu reinado neste mundo e entre seu povo, a igreja.

Os presbiterianos entendem a *natureza da igreja* de modo um pouco diferente de outros evangélicos. Descrevemos a igreja de diversas maneiras: como um povo moldado pela Trindade e pelo evangelho, mas também como um povo definido em termos de espaço, caráter e marcas. Acima de tudo, apelamos fortemente à distinção entre a igreja conforme Deus a vê e a igreja como nós a vemos. Isso dá lugar à linguagem de igreja “visível” e igreja “invisível”. Conforme veremos, essa distinção é importante não somente por nos ajudar a tratar de numerosas questões pastorais espinhosas – em especial, o problema da “apostasia” –, mas também oferece uma sólida justificativa para vermos nossos filhos como membros da igreja visível. Ao invés de sustentar o ideal de “membros regenerados da igreja”, como afirmam nossos irmãos batistas, cremos que a igreja visível, aquela que vemos, é composta de adultos professos e seus filhos.

Sendo esse o caso, os filhos de crentes professos devem receber o sinal de iniciação no povo visível de Deus – o batismo. Isso naturalmente significa que os presbiterianos adotam uma visão diferente dos *sacramentos* que a dos crentes batistas. Quando se trata de batismo, cremos que os propósitos de Deus estão centrados nas famílias. Em Gênesis 17, Deus fez promessas a Abraão como chefe de uma família, e lhe deu um sinal pactual – a circuncisão – que se estendia a toda a sua casa e selava essas promessas para a sua posteridade. Em Atos ocorre o mesmo, exceto que agora o sinal do pacto é o batismo: a promessa divina de dar as bênçãos de Abraão é concedida aos chefes de família crentes, e o sinal da aliança é estendido a todos os membros da família. Os presbiterianos também têm um entendimento diferente

da Ceia do Senhor. cremos que alguma coisa *acontece* com os que recebem a Ceia em fé: desfrutamos a presença do próprio Senhor. Isso não ocorre mediante uma transformação do pão e do vinho em algo que eles não são. Acontece, porém, como obra do Espírito de Deus que eleva nossos olhos e corações ao céu onde Jesus está em sua glória. Provavelmente isso é mais do que a maioria dos protestantes evangélicos aceita; eles tendem a pensar na Ceia como um simples memorial, um momento de lembrar a morte de Jesus. Nós também cremos nisso, mas acreditamos que a Ceia é mais do que isso.

Práticas presbiterianas

Essas convicções não estão isoladas do resto de nossa vida, como se fossem agradáveis brinquedos intelectuais com os quais brincamos. Ao contrário, tais crenças moldam nossas práticas e, por sua vez, são reforçadas por essas práticas. Quando nos referimos a práticas, estamos falando de ações repetitivas mediante as quais nossas convicções quanto a Deus e seus propósitos para nós são reforçadas. Podemos pensar em práticas como as atividades que realizamos todos os dias em nosso ramo de negócios. Por exemplo, todo dia, quando chego ao meu escritório, a primeira coisa que faço é verificar os meus e-mails. Se houver mensagens que preciso responder, eu respondo. Enquanto escrevo uma resposta, pode ser que toque o telefone. Sempre atendo do mesmo jeito: “Alô, aqui é Sean Lucas”. Se houver uma questão interna a ser tratada, utilizo o recurso *memorando* em meu programa de processamento de texto para enviar minhas ideias aos outros. Procuo ir à biblioteca do seminário uma vez por semana e passo pela seção de periódicos para ver se há alguma nova publicação na minha área. Estou certo de que na sua empresa também existem práticas que você desempenha todos os dias. As minhas convicções quanto a como deve ser meu trabalho moldam as minhas práticas, e minhas práticas reforçam essas convicções.

Podemos pensar nas práticas religiosas de modo semelhante. Talvez possamos dizer que existem práticas que usamos ao “tratar dos negócios” com Deus e práticas que utilizamos quando “tratamos dos negócios” da igreja. Nas primeiras, nos relacionamos com Deus pelas *práticas da piedade*. Descobriremos que essas práticas de piedade estão profundamente envolvidas com o culto comunitário. A maneira como experimentamos união e comunhão com Deus pelo Espírito é mediante a pregação da Palavra, os sacramentos e a oração. Mas não fica só nisso – nós também nos voltamos para o mundo em serviço ao próximo. Nós servimos não porque com isso podemos alcançar algum mérito diante de Deus. Servimos por profunda

gratidão pela graça que nos foi demonstrada pelo Senhor Deus. Assim, essas crenças interagem com as nossas práticas de piedade para forjar o modo como tratamos e somos tratados por Deus em favor do mundo.

Ao pensarmos no *culto* corporativo, os presbiterianos geralmente insistem que o culto deve ser regulado pelas Escrituras. O significado disso é um dos assuntos mais fortemente debatidos de nossos dias, mas no mínimo deve significar que a Escritura estabelece normas quanto aos “elementos” do culto. Na sequência de sermos chamados à presença de Deus, confessarmos os nossos pecados, ouvirmos a Palavra de Deus e participarmos dos sacramentos de Deus, participamos da renovação das promessas pactuais de Deus e da repetição da história do seu evangelho. Em consequência disso, nossas convicções influenciam profundamente a maneira como cultuamos e são reforçadas por nossas práticas de adoração.

Na maior parte do tempo, durante o culto, os presbiterianos gostam de fazer as coisas “com decência e ordem” (1Co 14.40). Porém, nosso pendor para a ordem realmente se manifesta quando tratamos dos negócios da igreja. Isso nos leva a mais um conjunto de práticas, que podem ser englobadas sob o título *governo eclesiástico*. Porque Deus é Rei e exerce seu governo especialmente na igreja, os presbiterianos têm pensado bastante sobre como a autoridade de Deus é dada à igreja, como ela é mediada e como deve ser utilizada. Dessa maneira, argumentamos que Deus, em Cristo, é Rei sobre a igreja e concede presbíteros como dádivas à igreja de Cristo para governar e pastorear o seu povo. Esses presbíteros são responsáveis não só por suas próprias congregações locais, mas também por todas as igrejas numa determinada região geográfica. Os presbíteros se reúnem nos “concílios” superiores da igreja – como Presbitério, Sínodo e Supremo Concílio – a fim de expressar seu cuidado pela obra de toda a igreja.

Outro aspecto do governo eclesiástico que nos diferencia é o fato de termos um documento que regulamenta o que nós, presbiterianos, podemos e não podemos fazer como igrejas. É o Livro de Ordem ou Constituição da Igreja, que regulamenta tudo, desde a natureza de uma igreja missionária até a escolha de um pastor, desde o processo de ordenação até o processo de disciplina eclesiástica, desde a renúncia de pastores até a dissolução de igrejas locais. Como presbíteros, fazemos um grande esforço em nossas diferentes reuniões no sentido de fundamentar tudo o que fazemos na Constituição da Igreja, cujos princípios subjacentes se encontram, por sua vez, fundamentados na Bíblia. Não é raro, quando alguma questão difícil é levada ao conselho da igreja (o corpo de presbíteros regentes de uma igreja local) ou a um presbitério, que todos os homens presentes consultem diferentes partes de seus próprios exemplares da Constituição da Igreja.

Isso nos distingue de muitas igrejas evangélicas que possuem constituições limitadas que raramente são consultadas. Isso significa que talvez sejamos um tanto vagarosos em fazer as coisas, em consonância com as sutilezas dos procedimentos parlamentares, mas estamos todos fazendo a mesma coisa “com decência e ordem”. Ainda mais, tais práticas reforçam a nossa convicção de que não somos reis da igreja, mas Deus, em Cristo, é o Rei e ele reina em nosso meio mediante sua Palavra e seu Espírito. Nossas práticas são informadas por nossas convicções e nossas crenças reforçadas por nossas práticas.

Histórias presbiterianas

Como historiador, é provável que eu tenha a tendência de crer que esta seja a parte mais importante de nossa identidade presbiteriana. Certamente isso não é verdade, pois o que cremos é mais importante do que as histórias a respeito dos que creem. No entanto, as histórias que contamos sobre nós mesmos oferecem pistas quanto a quais convicções e práticas mais prezamos e por que as prezamos tanto. Uma tentação que devemos evitar é concluir que a história mais ampla do presbiterianismo não seja importante. Como os presbiterianos conservadores tiveram de sair da antiga Igreja Presbiteriana – PC(USA) – para formar novas denominações, talvez pensemos que a parte *realmente* importante da história é a que levou à criação de nossas próprias denominações. Mas esse tipo de pensamento não apenas é ingênuo como também nos rouba daquilo que é nosso por direito: somos presbiterianos e temos tanto direito de pertencer à linha do ensino e da vida presbiteriana que retrocede a João Calvino, e além dele até os apóstolos, como aqueles que pertencem à velha igreja presbiteriana.

É por isso que a terceira parte deste livro irá nos lembrar resumidamente a história do presbiterianismo. Isso é muito importante para entendermos por que nossas igrejas são como são. João Calvino, John Knox e os teólogos da Assembleia de Westminster – teólogos que viveram nos séculos 16 e 17 – influenciam diretamente a maneira como as coisas são feitas na PCA de hoje. Você duvida? Ouça qualquer sermão pregado numa igreja da PCA e muito provavelmente ouvirá uma citação de João Calvino ou uma declaração dos Padrões de Westminster. Também ouvirá pensamentos de Jonathan Edwards, por algum tempo pastor presbiteriano no século 18, ou de Charles Hodge, teólogo presbiteriano do século 19. Antigos presbiterianos já mortos não somente são citados com frequência na PCA, mas seus pensamentos e conflitos têm moldado tanto as crenças que a igreja valoriza

como a maneira pela qual a igreja realizou e realiza suas atividades de culto e governo.

Há também toda a história de como as denominações presbiterianas conservadoras vieram a existir no século 20, pelos esforços heroicos de pastores como J. Gresham Machen e Robert G. Rayburn, no norte dos Estados Unidos, e de presbíteros regentes como Jack Williamson, Kenneth Keyes e Bob Cannada, no sul. Como nossas igrejas vieram a existir influi sobre como fazemos as coisas hoje em dia; na PCA isso se demonstra em tudo, desde nossos pedidos de contribuição das igrejas locais (ao invés de taxas *per capita*) até a crença de que as igrejas controlam suas próprias propriedades para seus próprios fins, e não para os da denominação. Não poderemos tratar de todas as maneiras pelas quais nossa história molda quem somos hoje; isso terá de esperar por um livro maior ao qual me referi no prefácio. Daremos, porém, algumas sugestões quanto a isso e esperamos que você possa pensar sobre outras dentro de seu próprio contexto.

A minha oração é que este livro auxilie na explicação do que significa ser presbiteriano – que convicções nos movem, que práticas nos formam, que histórias contamos sobre nós mesmos. No final, a coisa mais importante não é nossa identidade presbiteriana, mas nossa identidade formada por Jesus Cristo. Se depositamos nossa fé sincera em Jesus, somos unidos a ele e recebemos todos os benefícios da salvação: somos declarados justos diante de Deus, somos adotados em sua família, somos separados e santificados aos olhos de Deus e somos glorificados. Essa união com Cristo é espiritual, mística, real e inseparável – ela nos marca com uma identidade *cristã*, como quem pertence a Deus o Rei, por sua maravilhosa graça. Ela nos coloca no desenrolar da história do povo da promessa de Deus, que remonta através da história da igreja até a história de Israel. Ela aponta para o futuro, para o domínio de Deus que por fim se manifestará plenamente sobre a terra no final dos tempos. E ela nos coloca no povo de Deus comprado pelo sangue de Jesus – a igreja. Essa identidade – de crente unido a Jesus Cristo – é a mais importante, e se tal identidade ainda não lhe pertence, você deve conversar com um amigo, ente querido ou pastor que possa mostrar-lhe, pela Escritura, como entrar num relacionamento correto com Deus mediante a fé em Jesus. Você iniciará uma jornada de fé que, espero eu, o levará a caminhar com presbiterianos fiéis no mundo todo e em seu próprio bairro, para a glória de Deus.